

PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP GABINETE DO PREFEITO

OF.GP. 035 .03.2022.

Mogi Guacu, 11 de Marco de 2022.

Senhor Presidente:

Cumpre-me informar a essa Egrégia Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência que, com fundamento no artigo 52 da Lei Orgânica do Município, resolvi vetar, totalmente, o Projeto de Lei Complementar nº 08/2022, encaminhado pelo Autógrafo nº 6.366, de 2022, que altera dispositivos da Lei nº 2.775, de 16 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização administrativa e do plano de cargos e salários da Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu e dá outras providências.

Impõe-se o veto total ao Projeto de Lei em referência, Senhor Presidente, por ser contrário ao interesse público, em face da redação que se pretende acrescentar o § 7º do art. 63 da Lei nº 2775/1991, quando diz que o servidor que por qualquer motivo deixar de receber a vantagem prevista no "caput" deste artigo no prazo legal, terá direito à sua percepção retroativamente. A expressão qualquer motivo abre uma gama imensa de possibilidades eu não podem ser contempladas na presente legislação, prejudicando, sobremaneira, os trabalhos do Departamento de Recursos Humanos que terá uma sobrecarga de serviços e teria que ser feito junto com os trabalhos do dia a dia, onde seria necessário o levantamento de aproximadamente 750 prontuários e digitar no sistema todos os afastamentos.

Na expectativa de merecer a melhor acolhida de Vossa Excelência e dignos Pares, aproveito o ensejo para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

RODRIGO FALSETTI PREFEITO

À

Sua Excelência o Senhor Vereador GUILHERME DE SOUSA CAMPOS Digníssimo Presidente da Câmara Municipal MOGI GUACU - SP